

Interfaces de articulação da negação do maternalismo no Brasil (1968-2018)

Interfaces of articulation of the denial of maternalism in Brazil (1968-2018)

Thayná Guedes Assunção Martins

Mestranda em História, Cultura e Identidades na Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-ProfHistória da UESPI. Professora Colaboradora do Programa de Pós- Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí- UFPI.

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar as configurações que incidiram sobre a condição feminina do não desenvolvimento da função maternal durante o período de 1968 a 2018 no Brasil. Historicamente a maternidade é uma prática sobre a qual foram realizadas intensas investidas sociais que incidiram sobre as mentes e os corpos femininos. Aquelas que se encontravam distantes do modelo tradicional burguês de mulher, que é pautado pelo matrimônio, dedicação ao lar e, sobretudo, pela experiência da maternagem, eram incorporadas aos campos da inviabilização, incompreensão e, muitas vezes, vinculadas às dimensões patológicas. Entre a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI, no qual se enquadra o recorte da pesquisa, tornou-se cada vez mais insustentável manter essas mulheres no campo do não visto, uma vez que a prática maternal passou a ser crescentemente questionada como inerente ao ser feminino, fazendo com que não se tornasse um destino único para todas as mulheres.

Palavras-chave: História. Gênero. Mulheres. Não maternidade.

Abstract: The aim of this article is to analyze the configurations that focused on the female condition of non-development of the maternal function during the period from 1968 to 2018 in Brazil. Historically, motherhood is a practice on which intense social investments were carried out that focused on women's minds and bodies. Those who were far from the traditional bourgeois model of women, which is guided by marriage, dedication to the home and, above all, by the experience of mothering, were incorporated into the fields of unfeasibility, misunderstanding and, often, linked to pathological dimensions. Between the second half of the 20th century and the first decades of the 21st century, in which the research frame fits, it became increasingly unsustainable to keep these women in the field of the unseen, since the maternal practice became increasingly questioned as inherent to being feminine, making it not a unique destination for all women.

Keywords: History. Gender. Women. Not maternity.

Introdução

O exercício da maternidade foi construído como função inerente à natureza feminina durante muito tempo na sociedade ocidental, sendo, inclusive, considerado frequentemente como incontestável. Contudo, desde a segunda metade do oitocentos, a realização da prática maternal tem passado por questionamentos que se apresentam crescentemente incisivos. Isso tem ocorrido em um contexto de transformações contemporâneas que se afirmam nas diversas configurações que assumiram a condição feminina particularmente a partir de processos como o acesso à educação, as novas oportunidades de trabalho, as mobilizações dos movimentos feministas, além das dimensões teórico-metodológicas dos estudos acadêmicos de gênero.

Partindo desse panorama, observa-se que o desejo de ser mãe tem adquirido uma dimensão secundária ou mesmo inexistente no panorama do planejamento de vida para muitas mulheres. A partir dessa constatação é que se justificou a proposta da pesquisa em analisar o processo em que historicamente tornou possível a inexistência do exercício da maternidade em um contexto nacional.

Tradicionalmente o lugar feminino esteve restrito ao âmbito privado. Nesse lugar as mulheres dos setores médio e de elite estariam protegidas dos perigos que o espaço público apresentava para a moral e a honra, segundo propugnavam as referências tradicionais de moralização das mulheres (PERROT, 1998). Somente assim elas poderiam desenvolver de forma competente as funções sociais de esposa, mãe e dona de casa.¹ Foi mediante um processo lento, descontínuo e heterogêneo que se configurou com maior intensidade a partir da segunda metade do século XIX, que as mulheres dos setores abastados passaram a ter maior acesso ao espaço público com as transformações sociais tributárias da dinamização da urbanização, disseminação de novas ideias de autonomia com os movimentos feministas e a valorização de comportamentos modernos. O desempenho das mulheres em algumas profissões fora do lar passou a ser intensificado a partir de ofertas disponíveis no mercado de trabalho que estavam bastante próximas daquilo que se considerava tradicionalmente como uma extensão de atribuições que seriam próprias da natureza feminina: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária e telefonista (MALUF; MOTT, 2021)

Nas primeiras décadas do século XX as famílias dos setores sociais médios e altos passaram a conceber o trabalho assalariado feminino de maneira mais favorável, mas desde que pudesse obedecer a algumas restrições. A primeira delas era que não maculasse a reputação das mulheres pela associação com trabalhadoras de situação social inferior, uma outra exigência, segundo Susan Besse (1999), era que a atividade profissional não comprometesse a feminilidade, colocando-as em competição direta com os homens. E, finalmente, que o trabalho feminino não servisse de ameaça para a estabilidade do lar chefiado pelo homem, fomentando ambições individuais que estivessem acima da família ou oferecendo oportunidades reais de

1. De acordo com Pierre Bourdieu (1995), a representação naturalizada do papel feminino da maternidade, como uma questão de violência simbólica, ajuda a compreender de que forma a relação culturalmente construída passou a ser reproduzida como uma diferença natural, irredutível e universal do presente, portanto, em estado incorporado no *habitus*, suficientemente assegurada para precisar de justificação, enunciando o ser como se fosse uma evidência.

independência econômica ou realização pessoal.

Nesse contexto de transformações intensas ocorridas na condição feminina durante o século XX, destaca-se a questão dos métodos contraceptivos. Embora existissem ao longo do processo histórico práticas para evitar a gestação que as mulheres aprendiam com a tradição popular, eles eram utilizados de forma experimental e poderiam apresentar resultados imprevisíveis. Foi com a disseminação do uso de preservativos masculinos industrializados, que foram criados, sobretudo, para a proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis, bem como a chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil em 1962, que ocorreram mudanças significativas no que se refere ao controle da gravidez, fazendo com que ela fosse evitada de forma mais efetiva. (SANTANA; WAISSE, 2016). Inclusive, um importante resultado da introdução do contraceptivo oral feminino foi a revolução sexual, com amplos efeitos na dinâmica da sociedade, cuja repercussão ainda é observada ao favorecer a liberdade da vida sexual das mulheres, uma vez que reduz o risco da gravidez indesejada.

Diante do exposto, o objetivo proposto é analisar os fatores que influenciaram a decisão de mulheres dos setores médios e de elites sobre não exercer a maternidade no período de 1968 a 2018 no Brasil. Como resultado da pesquisa do Programa de Bolsa Remunerada de Iniciação Científica- PIBIC da Universidade Estadual do Piauí- UESPI referente aos anos de 2019 a 2020, este artigo possibilita a análise das constantes transformações observadas em décadas recentes na condição feminina acerca da maternidade, especialmente no que se refere ao desejo de favorecer o desenvolvimento profissional e educacional em detrimento do não exercício da atividade maternal.

A problematização do tema partiu da investigação para procurar compreender as vivências de mulheres que, ao não usufruírem do processo materno por estarem influenciadas por uma nova perspectiva cultural, representou novas possibilidades para a condição feminina. Diante disso, foram realizados os seguintes questionamentos: A necessidade de estudar e trabalhar tiveram impacto na decisão de não exercer a maternidade? De que maneira a pressão social, em seus vários âmbitos, teve influência nessa decisão? Quais as perspectivas em torno da maternidade na sociedade contemporânea?

Entre as fontes primárias utilizadas na pesquisa, pode-se destacar as reportagens da Revista Pais & Filhos, entrevistas com mulheres que foram mães e também por aquelas que não desenvolveram a condição biológica da maternidade, além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Para a análise desse material documental foi utilizada uma bibliografia composta por autores como Joan Scott (1995), Pierre Bourdieu (1995), Joseanne Marinho (2018) e Georgiane Vázquez (2015).

Articulando os caminhos da pesquisa

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida com o projeto PIBIC UESPI 2019-2020 que foi intitulado “Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe”: A negação

do maternalismo em Teresina (1968-2018), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho. O objetivo da pesquisa foi analisar os fatores que, do ponto de vista histórico, influenciaram a decisão de mulheres pelo não exercício da maternidade em um panorama nacional.

Primeiramente foi realizada a feitura do projeto, sendo submetido para aprovação da UESPI. Depois de aprovado com remuneração, iniciou-se a pesquisa; durante a vigência da mesma foram apresentados dois relatórios para a instituição, um relatório parcial e um final, bem como apresentação dos resultados finais no XX Simpósio de Produção Científica e XIX Seminário de Iniciação Científica, evento organizado pela Universidade Estadual do Piauí, no qual os bolsistas relataram os resultados do desenvolvimento das pesquisas.

O início da análise das fontes primárias deu-se em 2019, com exemplares da Revista Pais & Filhos - criada em 1968, um periódico que desde seu início visava abordagens sobre grávidas, pais de crianças e adolescentes, com foco nas mulheres mães, desenvolvendo publicações mensais centrados nos assuntos familiares, sendo que a revista atualmente ainda se encontra em circulação mensal sob meios impressos e eletrônicos. Esse acervo foi adquirido através da Biblioteca Pública do Paraná, localizada na capital, Curitiba.

Seguindo as orientações concedidas pela Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, que dedicou instrução para a reunião do material, foram necessários procedimentos para que o trabalho fosse realizado de uma maneira mais cuidadosa visando não danificar o acervo. Isso ocorreu no processo de digitalização das imagens, desde a maneira correta de uso da câmera fotográfica até o manuseio dos exemplares da revista, que se encontravam em grandes cadernos contendo os exemplares referentes a publicação mensal de cada ano, e que por se tratar de um documento antigo, exigia estes cuidados.

A partir dessas orientações procedeu-se a seleção das reportagens que mais enfocavam o tema da não maternidade na Revista Pais & Filhos nos anos de 1968, 1969, 1970, 1971 e 1972. As matérias encontradas no periódico possibilitaram o acesso às informações sobre as relações maternas e o não desenvolvimento da maternidade naquele dado período, pois, por se tratar de um grande veículo de circulação pode ser usado para refletir sobre os modos que a sociedade daquele período concebia os aspectos relacionados às mães e/ou futuras mães. Assim, foi possível perceber de que maneira um assunto que até a atualidade continua gerando certos olhares preconceituosos e desrespeitosos, era tratado em um período de intensa valorização da função social tradicional da maternidade.

Para uma maior facilitação de manuseio das fontes hemerográficas foi realizada a digitalização dos artigos da Revista Pais & Filhos a partir da divisão por grandes temáticas que abordavam a condição feminina: educação, trabalho, maternidade e casamento. Para que isso fosse realizado, foi estruturada uma análise para compreender quais perspectivas encontravam-se abordadas em cada reportagem, bem como os direcionamentos que as fontes estabeleciam para a pesquisa.

No decorrer das análises, foi visto que a cada matéria proposta pela revista, havia a presença de um especialista de determinada área específica, tais como psicanalistas, sociólogas e pediatras, que tivessem relação com a temática que seria abordada no exemplar daquele mês, o que buscava garantir mais respaldo para a matéria apresentada pelo periódico. Também ficou evidente a predominância do caráter incentivador do pleno exercício das atividades maternas

às mulheres, ou seja, os cuidados infantis estavam direcionados essencialmente ao ser feminino, não abordando o homem/pai como ator das atribuições para com os filhos. Isso demonstra que as diferenças entre os papéis tradicionais definidos se trata de “[...] criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” (SCOTT,1995: 7)

Essa percepção pontuada assertivamente pela autora supracitada corrobora com questões que se encontram no entorno das discussões desenvolvidas na sociedade, tratando-se da divisão sexual do trabalho pontuada a partir do que se considerou como atribuições femininas e masculinas, na qual mesmo as mulheres tendo conquistado o direito a esfera pública a partir de grandes lutas, estas não deixaram de carregar consigo as atividades direcionadas ao cuidar, bem como as demais características maternas impostas na e pela sociedade ocidental.

No que se refere ao material documental pesquisado na Revista sobre a perspectiva do desenvolvimento da maternidade, há o fato de existir entre o período de 1968 a 1972 apenas um artigo que abordou a questão da não maternidade, intitulado “Você é obrigada a ter filhos?”, no ano de 1971, enfatizando o questionamento sobre a necessidade do desenvolvimento da maternidade como condição inerente ao ser feminino, voltando a ter a abordagem do tema apenas em 1982. A presença dessa matéria, apesar de se mostrar isoladamente, já demonstra um anseio da sociedade feminina da época por novas maneiras de visibilidade sobre a condição feminina, encontrando-se para além da maternidade.

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a realização de entrevistas divididas em grupos e gerações distintas – nomeadas a partir de nomes fictícios-, iniciados a partir de maio de 2020. Importante ressaltar que o mapeamento das possíveis e efetivas entrevistadas se deu a partir do contato com parentes dessas mulheres, como netos, filhos e sobrinhos. Um ponto de relevância que deve ser considerado é o fato de uma relativa dificuldade de concessão de entrevistas por parte de mulheres que não foram mães, havendo até mesmo a recusa de algumas para a realização da entrevista ou certo incômodo sobre a temática.

O primeiro grupo de entrevistadas foi formado por mulheres que vivenciaram a maternidade durante as décadas de 1960 e 1970 e que residiam em Teresina - PI, Timon - MA e Brasília - DF. O foco ocorreu no período inicial da atividade materna, aquela que demanda cuidados mais específicos com a prole e que era objeto de investigação nessa pesquisa. Esse estudo foi útil para a compreensão de como era desenvolvido e assimilado o processo de maternidade e o que nela era acarretado no que diz respeito aos trabalhos domésticos e com os filhos. Essas análises serviram para uma melhor compreensão em torno da divisão sexual do trabalho, fator que se encontra diretamente ligado aos impactos da maternidade na vida de mulheres e conseqüentemente em suas carreiras profissionais e educacionais.

O segundo grupo de entrevistadas agregou mulheres entre 47 e 54 anos, oriundas de Teresina - PI e São Luís - MA, e que não se tornaram mães. Trata-se de mulheres de uma camada média da sociedade que possuem nível superior e estabilidade profissional, solteiras e sem filhos. As análises diante dos relatos dessas mulheres foram imprescindíveis para um melhor entendimento diante da perspectiva do não desenvolvimento da maternidade, porém, analisou-se que ambas as mulheres entrevistadas, apesar de não terem vivenciado a maternidade biológica acabaram por desenvolver essa experiência a partir de sobrinhos. Logo, foi possível concluir que a não

maternidade vivenciada por elas não se configurou em fator de frustração por parte delas. Especialmente quando indagadas se consideravam a vivência da maternidade como decisiva para a personalidade feminina, a resposta foi unânime na negação desse fato, alegando que a maternidade como condição inerente às mulheres encontra-se mais vinculada a uma conotação cultural do que real.

Também foram utilizados como fontes primárias dados do IBGE, do CNPq e do grupo de pesquisa *Parent in Science*. Eles forneceram informações sobre o impacto da maternidade na carreira acadêmica, produção científica de mulheres e índices de maiores bolsas de produção científica, bem como o tempo gasto por homens e mulheres nos serviços relacionados ao cuidar e/ou doméstico, realizando recortes interseccionais. Essas informações foram importantes na pesquisa para demonstrar principalmente a ligação da decisão pelo não exercício materno a partir, também, de fatores como maior inserção das mulheres no espaço público, principalmente no mercado de trabalho e níveis de escolarização.

A investigação das fontes primárias foi realizada a partir do estudo da bibliografia relacionada ao tema como teses, dissertações, artigos e livros. Dentre estas se destacam Vázquez (2015), com sua tese “Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX”, que abordou a não maternidade a partir de um contexto nacional, analisando teses médicas, o relato de mulheres de três gerações, bem como o uso da Revista Pais e Filhos, contribuindo de maneira significativa para os estudos relacionados as (in) compreensões às mulheres no âmbito da maternidade.

Outra importante fonte bibliográfica foi Danièle Kergoat (2009) em “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, possibilitando maiores entendimentos diante da divisão não igualitária junto ao trabalho reprodutivo. Assim como Elizabeth Badinter (1985), “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, abordando assuntos no entorno da desconstrução do amor materno como existente em todas as mulheres de maneira singular, concluindo que esse sentimento pode ou não existir dependendo, inclusive, das circunstâncias históricas de determinada época.

A partir da análise realizada durante a vigência do projeto PIBIC “Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe”: A negação do maternalismo em Teresina (1995-2018), foi possível constatar que a perspectiva da não maternidade envolve diversas circunstâncias. Algumas delas estão vinculadas à saúde, ideários de completude familiar com o casamento e presença de filhos, o impacto da maternidade na carreira das mulheres e a inexistência do desejo de ser mãe, reconhecendo-se que esses fatores são resultantes de uma construção cultural construída em uma determinada configuração histórico-social.

As perspectivas da não maternidade

Historicamente a fertilidade feminina foi considerada como inerente à mulher, sendo que em muitos contextos aquelas que não desenvolviam a maternidade eram colocadas à margem da sociedade. Foi a partir de movimentos e lutas das mulheres por maiores participações nos espaços públicos, que seu reconhecimento se deu para além do fator materno. Segundo Georgiane Vázquez

(2015), o ideário médico tornou-se fonte de forte dominação dos corpos femininos, com regras e declarações do que seria a melhor atitude a ser tomada junto ao universo feminino, mães e não mães, havendo na última a insistência da busca pela reprodução, como se a realização da mulher só pudesse existir se estivesse vinculada ao tornar-se mãe. As mulheres que não desenvolviam a maternidade, sobretudo no início do século XX, foram alvo do discurso médico e dos olhares preconceituosos, sendo destinadas ao campo acerca do diferente como anomalia. “A fecundidade do corpo feminino era entendida como uma “benção da natureza” e, em contrapartida, a esterilidade ou infertilidade foi paulatinamente sendo caracterizada como uma falha daquele corpo pelo discurso médico.” (VÁZQUEZ, 2015: 94 Porém, é sabido que o ideário médico implantado na sociedade com o apoio do Estado tinha como fortes intenções a disciplina dos corpos, a partir de um projeto civilizador (ELIAS, 1994). A busca da inserção de novos costumes e regras a serem praticadas pelos cidadãos teve lugar demasiadamente opressor sobre as mulheres, sob uma ótica de direcionamentos da condição feminina restrita ao espaço doméstico e tudo o que nele estava envolvido. Ao passo que as mulheres foram conquistando espaços junto ao âmbito público, principalmente nas suas participações na esfera do trabalho remunerado e maiores níveis de escolarização, com o acesso cada vez mais crescente ao campo do saber com as escolas normais, universidades e demais instituições de ensino, as atribuições relacionadas ao lar e o cuidar não deixaram de pertencer e ser identificadas como essencialmente femininas.

Essa visão imposta e enraizada culturalmente como ação destinada às mulheres é que torna a atividade daquelas que optam pelo desenvolvimento do ofício remunerado, a dupla jornada de trabalho, pois mesmo encontrando-se no mercado profissional não deixam de ter suas atribuições no recôndito do lar. Dessa forma, resta ao ser feminino, a partir das desigualdades no que tange o trabalho na esfera privada, a sobrecarga entre o ambiente doméstico e o profissional, caracterizando o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo (KERGOAT, 2009).

Importante ressaltar que a ideia de maternidade não se faz aqui compreendida a partir de uma perspectiva cultural linear, que teria se configurado da mesma maneira em todas as temporalidades e espacialidades históricas, mas sim de que as concepções em torno da maternidade passaram por processos em que são presentes as modificações, mas também as permanências. Para isso, foi realizada a escolha de um recuo histórico de modo a tornar-se mais compreensível as mudanças culturais na sociedade em relação à visão do ser materno.

É possível perceber na Revista Pais & Filhos, no dado recorte temporal deste estudo, apresenta a visão predominante de uma maternidade suprema, na qual, em prol do amor materno -aquele que seria incondicional- é válido todos os tipos de anulação e sacrifícios da mulher. Mesmo quando a revista aborda a dúvida sobre a maternidade como condição de realização do ser feminino, esta ainda é situada de maneira a evidenciar alguns aspectos da importância da condição materna e da completude que tal experiência seria capaz de gerar sobre a mulher. Vale destacar também a questão da abordagem da maternidade como sendo algo sempre desejado por todas as mulheres, independente da camada social, conforme pode ser evidenciado a seguir:

Além dos efeitos puramente físicos das contrações, a mulher habituou-se a relacionar, durante toda a sua vida, as palavras contração e dor. Se sente uma pequena contração na época vizinha ao parto, telefona às pressas para o médico dizendo que está sentindo as dores do parto. E o fato de saber que

se encontra efetivamente em trabalho de parto começa a desencadear, na maioria das mulheres, a dor causada pela síndrome de expectação dolorosa. A contração percebida com dor gera uma tensão e a expectativa de uma nova dor. Assim, mesmo que a contração tenha a mesma intensidade da anterior (e é possível medi-las) ela será percebida como uma sensação real: de tal forma que se termina por ter um verdadeiro círculo vicioso: medo-tensão-dor. (PAIS & FILHOS, 1969: 9).

No trecho pode ser observado que os aspectos relacionados à maternidade envolvem um ciclo, tendo como componentes o medo, a tensão e a dor, contribuindo para gerar situações de apreensão nas mulheres. Esses três elementos podem desenvolver dois tipos de consciência: uma voltada para o estímulo ao desinteresse por ter filhos devido ao medo e as dores que precedem os partos, tanto de uma forma psicológica, quanto física-material; ou outro que fortalece o sentimento materno por ter enfrentado os obstáculos relacionados a dor dos serviços de parto no momento de ter a prole.

No decorrer da análise do artigo do periódico, mesmo contendo como título uma temática sobre a maternidade a partir da imposição social à condição feminina, foram abordados alguns questionamentos sobre o fator materno, como: “A mulher deseja ser mãe por uma necessidade biológica ou porque é condicionada para isso por uma série de fatores? Existe mesmo o instinto materno?” (PAIS & FILHOS, 1971: 38). Tais questionamentos viabilizam o debate em torno dos fatores culturais junto ao ser materno. Porém, traz como exemplo a imagem de capa que segue:



Imagem 1: “Você é obrigada a ter filhos?”
Fonte: Revista Pais & Filhos, 1971: 38-39.

Uma ideia sugestiva, na qual retrata uma mulher com um bebê em seu colo, ainda que a figura não trate de um bebê propriamente dito, mas sim apenas a sombra dele, deixando clara a defesa da ideia da natureza inata das mulheres em se adaptarem à necessidade de serem mães, evidenciando a segurança, carinho e afeto que uma mãe precisa direcionar aos filhos, mesmo aquelas que não demonstraram vontade ou interesse. O artigo prossegue com um título de

maneira a evidenciar-se, abordando a mensagem “*Êsse instinto é inato ou fabricado?*” O que aponta no início do texto, de autoria de Elianne Pires:

Até pouco tempo, os filhos eram uma decorrência natural do amor e sua conseqüência nobre. A mulher integrou-se nas forças produtivas do mundo, deixou de ser um mero apêndice do homem, libertou-se da dominação econômica. Agora ela já pode optar entre ter ou não filhos; a maternidade deixou de ser uma função essencial para transformar-se em um de seus meios de realizações. (PAIS & FILHOS, 1971: 40).

Nesse discurso, percebe-se um breve histórico sobre o que antes a maternidade tinha como significado em relação à completude feminina, e que já não mais era possível perceber a mulher nas condições unicamente maternas, mas que esta, com sua ascensão ao espaço público encontrava-se em situação de escolha sobre o real querer a despeito das vivências maternas. A abordagem segue apresentando a ideia da questão da maternidade como cultural e não biológica, baseada em especialistas como Freud, que aborda a relação social repleta de costumes e regras como condicionantes para a realização completa da mulher como mãe. Nisso há o que evidenciou Elizabeth Badinter:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações [...] esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. [...] Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional.” (1985: 266)

É, portanto, investigado pela autora supracitada, que a relação dos cuidados maternos, e com ele o tão reverenciado amor materno, não se constitui como inerente à condição feminina, mas, assim como outros fatores da vida do ser humano, encontrando-se atrelado aos aspectos sociais, econômicos e culturais, que são tributários de cada tempo histórico. Assim, essa é uma condição que pode existir ou não nas mulheres.

Nesse sentido, a escolha por seguir uma carreira acadêmica, mesmo que indiretamente é outra questão que contribui para a não maternidade já que a dedicação aos estudos, no contexto de uma pós-graduação de mestrado, doutorado ou mesmo um curso superior, possibilita o incentivo à construção da consciência da falta de interesse pela maternidade. Uma conscientização que é desenvolvida gradativamente pelas mulheres, mas que pouco a pouco, especificamente no final do século XX passa a ser encarada como algo normal e sem represálias preconceituosas, pelo menos explicitamente.

A carreira acadêmica e sua continuidade estão manifestadas principalmente através de publicações científicas, tais como: artigos, teses, dissertações, dentre outros, além da participação na direção ou coordenação de projetos vinculados as diversas universidades e outras instituições, o que tem ocorrido de forma desigual entre homens e mulheres, especificamente devido ao fator da maternidade, embora este não possa ser considerado o único, é o argumento mais forte. (WILLIANS; CECI, 2012).

Desse modo, ainda existe atualmente a relativa concepção ou mesmo temor por parte dos representantes da academia, de que as mulheres caso escolham vivenciar ou que já vivenciam o processo de maternidade, tenham sua capacidade de pesquisa e produção reduzida drasticamente devido ao seu interesse que deverá ser quase que exclusivamente direcionado aos filhos. Uma concepção que na maioria das vezes permite aos homens dominarem espaços de poder nas universidades e demais instituições, sejam estas educacionais ou não. Nessa perspectiva, visualiza-se uma queda da presença feminina em níveis produtivos a partir do pós-doutorado diante das bolsas de pesquisadores por excelência (CNPq, 2014), isso pode ser justificado por esse ser demarcado por uma faixa etária em que o fator biológico feminino impõe à mulher a escolha por ser mãe, o que vai gerar uma queda em nível de produção, ou não ser mãe e seguir a carreira acadêmica.

Isso ocorre em um contexto no qual as mulheres são soberanas numericamente nas iniciações científicas, mestrados, doutorados e pós-doutorados, evidenciando uma busca de melhores qualificações e aperfeiçoamento do seu ofício através do mundo científico. No entanto, apesar de se estabelecerem como maioria desde a iniciação científica 59%, mantendo-se no mestrado com a porcentagem de 52% havendo um relativo declínio no doutorado com 51% e ascendendo como maioria no pós doutorado com 58%, nota-se que a partir das bolsas PQ (que são as bolsas de excelência para pesquisadores) os homens já integram a maioria com 64% em um ritmo de ascensão diante das bolsas dentro e fora do país acima dos 50%. Esses índices masculinos majoritários certamente são bastante ocasionados pela preocupação das mulheres com a maternidade, sobretudo no que se refere ao cuidado com os seus filhos no dia a dia. (CNPq, 2014).

Diante desse viés investigativo, encontra-se a compreensão de algumas desigualdades na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, tornado evidente a disparidade de seu desenvolvimento essencialmente pelo feminino. Os dados do IBGE referentes ao ano de 2016, apresenta o percentual em horas diárias do tempo gasto com atividades reprodutivas, dos quais 10,5 indicados para homens e 18,1 para mulheres. Esse é um total a partir do todo, sem distinção de raça, pois, quando é realizada esse recorte têm-se 10,4 por homens brancos diante de 10,6 para pretos ou pardos. Ao se reportar às mulheres no também recorte racial, obtêm-se 17,7 entre mulheres brancas e 18,6 para pretas ou pardas. (IBGE, 2018).

A discrepância diante do trabalho doméstico dedicado ao cuidar, reflete diretamente na diferença salarial entre homens e mulheres, pois, seguindo o mesmo estudo, é demonstrado que homens possuem em média R\$ 2.306,00 de rendimento habitual mensal, enquanto as mulheres apenas R\$ 1.764,00 do mesmo acúmulo. (IBGE, 2018). Portanto, mesmo diante das diversas lutas que as mulheres vêm percorrendo para melhores condições de inserção e permanência no trabalho produtivo, é visto que a realidade ainda se mostra sempre menos favorável à mulher, e, sobretudo, a mulher de cor negra.

Com o objetivo de ter mais informações sobre a questão, foram realizadas entrevistas com seis mulheres de duas gerações distintas e com vivências diferenciadas, que serão identificadas por números. Quando a primeira geração experienciou a maternidade durante as décadas de 1960 e 1970, proporcionando a compreensão de como era desenvolvido os papéis em torno dos cuidados infantis a partir da existência ou não da divisão igualitária de tarefas.

O primeiro grupo de entrevistadas convergia quando a pergunta era direcionada quanto à ajuda do parceiro nas atribuições sobre os filhos que conduziam o ser paterno para além do homem provedor. Os companheiros acompanhavam-nas em consultas, no entanto, não se dispunham a dividir as tarefas, sobretudo depois de nascidas as crianças, o que pode ser evidenciado na fala da Entrevistada 1: “Assim para olhar menino. Para colocar para alimentação, nessa parte ele não fazia muito não [risos]. Ele era muito bom, mas nessa parte não... Eu cuidava muito bem dos meus filhos.”

Porém, quanto à Entrevistada 2, a situação era bem desfavorável, pois ao ser questionada quanto a participação do marido nos cuidados infantis, ela relata “Ajudava namorando na rua... Ele era distante.” Ela segue seu relato apontando que nem mesmo quanto ao papel de provedor do lar este cumpria com seus deveres de pai:

Só Deus mesmo. Alguém me dava, os vizinhos me ajudavam, a família as vezes quando tinha me ajudava, minha mãe era fraca de recursos, meu pai se aposentou novo, ele tinha problema, ele sempre dava e eu fui criando. [...] tem muitos homens que não estão nem ai, né? É difícil naquele tempo também, porque quem tinha um salário... era rico, na época em que a Rosalinda nasceu era o começo de Brasília... tinha muitas oportunidades, mas não como eu trabalhar. Então as pessoas que ajudava [...]. (ENTREVISTADA 2, 2020).

São evidenciados dois modelos de paternidade, nas quais ambas foram desenvolvidas de maneira a que não havia uma divisão igualitária quanto aos trabalhos com os filhos. Na primeira é concebido um pai que mesmo não participando de maneira efetiva dos cuidados com as crianças, este a acompanhava junto às consultas médicas de pré-natal e não fugia das responsabilidades financeiras junto à família. Desse modo, naquele modelo familiar os acordos não pareciam insatisfatórios para ambos os lados. Contudo, na segunda exemplificação, o fato de o companheiro não oferecer as condições necessárias aos cuidados dos filhos e da família provocava a insatisfação da entrevistada tanto com sua vida de casada quanto com o próprio marido.

O modelo de pai encontrado, pelo menos em dois dos três casos exemplificados até aqui, com exceção daquele apresentado pela Entrevistada 2, é o que Jurandir Costa (2004), denominou como “O pai: manequim higiênico do homem”. Esse novo padrão não coincidia mais com o exemplo colonial, no qual o homem pai era o chefe exclusivo que detinha amplos direitos sobre a família, preservando sua honra e riqueza. Nos novos tempos a ética do pai higiênico vinha aliada aos compromissos com a família, o homem – pai agora não mais encontrava-se proprietário, mas sim funcionário do Estado, em que seus deveres se tornavam ampliados e seus direitos diminutos, restringindo-se assim a trabalhar e fornicar. O ideal era o de prover a subsistência da família e expandir o patriotismo da sociedade.

Diante desse novo ideal de pai, em que se encontrava longe de uma paternidade que é almejada na atualidade, em que haja a divisão igualitária do trabalho, tanto no espaço público, como no âmbito privado, o que pode ser analisado é que mais uma vez o olhar dedicado ao novo espaço a que se destinava a família diante dos olhos do pai, não estava relacionado diretamente a melhores condições de vida para a mulher, mas sim, a mais uma das disciplinas a que os corpos foram submetidos. O Estado precisava de mão de obra e corpos dóceis (FOUCAULT,

1999). Para tanto, se fez necessária a criação de instrumentos que manipulassem os indivíduos para o cumprimento de suas atribuições sem maiores transtornos. Desse modo, desenvolver a mentalidade do pai higiênico era importante fonte de dominação dos indivíduos, relegando papéis domésticos às mulheres e público aos homens.

Quanto às mulheres não mães, estas pontuaram de maneira singular sobre a compreensão da não existência de um sentimento de inferioridade feminina ou menor realização pessoal em torno de outras mulheres que vivenciaram a maternidade biologicamente. Diante disso, as respostas giraram em relação a recusa da compreensão do desenvolvimento da maternidade como essencial para a vivência e completude feminina, como destacado no fragmento:

A possibilidade de fazer escolhas pessoais sobre ser mãe ou não? Não é um fator determinante para ser mais feminina ou não! Isso não passa de um preconceito ideológico que a sociedade impõe sobre às mulheres. É como se fosse uma obrigação da mulher se justificar a toda hora para uma sociedade cruel. (ENTREVISTADA 3, 2020).

As vivências femininas, durante muito tempo impostas culturalmente de acordo com os modos convenientes e um determinado período, dadas as investidas sociais, políticas e econômicas, que fazem das mulheres seres ainda sujeitos a estereótipos apontados como intrínsecos à condição feminina, mas que foram sofrendo transformações que, gradativamente, inseriram uma nova mentalidade nesse público de que a maternidade não poderia ser o único objetivo de vida. Nesse sentido, é possível afirmar que a maternidade como essencial para a completude feminina se traduz, na verdade, em um mito construído socialmente e perpetuado culturalmente.

Tal afirmação se baseia na presente pesquisa, bem como nos estudos de Georgiane Vázquez (2015: 205) onde “escolher outras formas de afeto, de vida, de sonhos e ter que justificar a ausência de filhos pode incomodar de maneiras diferentes, ou nem incomodar. Maternidade, enfim, não é destino”. A maternidade como resultado de um ato humano e envolvido, sobretudo as mulheres, deve se fazer objeto de direito de escolha, onde possa ser de fato desenvolvido ou não a partir da plena consciência feminina, a partir de sua liberdade, e que a sociedade tenha um olhar cada vez mais respeitoso e afetuoso para com todos os grupos de mulheres, sendo estas mães ou não mães.

À vista disso, foi possível constatar diferenças entre as entrevistadas em relação ao grau de instrução, camada social e, conseqüentemente, de conscientização sobre a maternidade, compreendendo que para as entrevistadas que tiveram filhos, ou seja, aquelas pertencentes ao primeiro grupo, as funções de cuidar e amamentar eram exercidas com unanimidade pelas mulheres. Já as entrevistadas do segundo grupo, aquelas que por problemas de saúde ou por falta de interesse não tiveram filhos, entendiam que a maternidade não era o único fator de felicidade e satisfação integral das mulheres.

Nesse sentido, a medicina também tem papel de destaque no controle das emoções e da mentalidade da sociedade em torno da gravidez das mulheres, contribuindo para manter a concepção de que a maternidade deve ser o objetivo maior do público feminino. Para Joseanne Marinho (2018), a gestação pode ser analisada como um dos elementos influenciados pela medicina, onde a medicalização tem o intuito de disciplinar comportamentos e atitudes

relacionadas à doença, evidente ou iminente, a partir de um conjunto de iniciativas educativas, higiênicas e curativas. E nesse contexto o comportamento das mulheres gestantes passa pelos olhares dos novos aspectos médicos científicos como uma forma de manter as crianças sob proteção e permanecer a ideia de mulher dócil.

Considerações Finais

Diante da apresentação dos resultados obtidos no presente estudo, foi possível perceber como a não maternidade, juntamente com os aspectos no cerne dessa condição - os ideais de mulher mãe, os cuidados maternos, a participação do discurso médico psicológico, a contracepção e a infertilidade - era significada no recorte de 1968 a 2018. E não se tratou de uma maternidade qualquer, mas sim, de uma condição materna relativamente homogênea, onde se traduzia no cuidado e proteção da prole sempre vinda em primeiro lugar, como na presença do filho e da filha de maneira constante, devendo ser aproveitado cada minuto desses momentos, pois depois que findasse a fase infantil, essa mãe não teria mais a completa atenção dos filhos, o que gerava um importante desafio às mulheres que se dedicaram à maternidade de forma integral, fazendo dela o seu ofício.

Nesse sentido, a análise incidiu sobre o processo de construção da realização da função maternal como atributo indispensável para o ser mulher, que visava despertar o ser feminino em sua natureza mais completa, portanto sinônimo de realização pessoal. Diante da repercussão social dessa função tradicional, teve como foco principal a investigação da articulação da autonomia da mulher em relação ao próprio corpo e trajetória de vida, decidindo, inclusive, pela possibilidade de não desenvolvimento da maternidade biológica.

Considerando as dimensões da maternidade e da não maternidade a partir das representações veiculadas na Revista Pais & Filhos, das informações resultantes de pesquisas do IBGE e do CNPq, além das entrevistas, foi possível analisar que ao escolher a carreira acadêmica e profissional muitas mulheres foram relativamente relegando a um segundo plano o interesse por ser mãe. A pressão social na maioria das vezes agia com um impulso para fazer com que as mulheres fossem direcionadas ao desejo da maternidade, sendo tratadas frequentemente com incompreensão aquelas que tinham um pensamento contrário ao exercício da função maternal.

Referências Bibliográficas e Documentais

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação do gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- ELIAS, Norbet. *O Processo Civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENTREVISTA 1. [maio 2020]. Entrevistadora: Thayná Guedes Assunção Martins. Timon, 2020. 1 arquivo.m4a.
- ENTREVISTA 2. [maio 2020]. Entrevistadora: Thayná Guedes Assunção Martins. Timon, 2020. 1 arquivo.m4a.
- ENTREVISTA 3. [maio 2020]. Entrevistadora: Thayná Guedes Assunção Martins. Teresina, 2020. 1 arquivo.m4a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento de prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, Brasília, n. 38, p. 1-13, 2018.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio São Paulo: Companhia de Bolso*, 2021, v. 3.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco editorial, 2018.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares; MARTINS, Thayná Guedes Assunção Martins. “*Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe*”: A negação do maternalismo em Teresina (1995-2018). Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UESPI, 2020.
- MINISTÉRIO da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Brasil: Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas1>>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- MINISTÉRIO da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Número de bolsas (país e exterior) segundo modalidade e sexo do bolsista*, 2014. Disponível em: <<http://cnpq.br/estatisticas1>>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Trajetória da Mulher na Educação Brasileira*, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias>>. Acesso: em 01 mar. 2021.

PAIS & Filhos. *Quem somos*, 2021. Disponível em: <<https://paisfilhos.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PARENT in science. *Trabalho comprometido*: produtividade das pesquisadoras que se tornaram mães cai significativamente em relação às que não tem filhos, 2017. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

RIO, Elianne Pires do. Você é obrigada a ter filhos? *Revista Pais e Filhos*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 38-42, 1971.

_____. Não tenha medo de ter filhos. *Revista Pais e Filhos*, Rio de Janeiro, n.8, p. 6-9, 1969.

SANTANA, Joelma; WAISSE, Sílvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962- 1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2. 1990.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Da mãe que não fui*: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

WILLIAMS, Wendy; CECI, Stephen. *When scientists Choose Motherhood*. Disponível em: <<http://www.americanscientist.org/issues/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.).

Artigo submetido em: 05/11/2021

Aprovado em: 20/12/2021